

OAB apóia emenda que dá a Brasília o direito a voto

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção DF, Maurício Correia, defendeu ontem a aprovação imediata da Emenda Epitácio Cafeteira - PMDB-MA - que propõe o estabelecimento de representação política no Distrito Federal. "Acho que a Emenda deveria ser aprovada como parte das comemorações do aniversário da cidade e considero justa a proposta ser da Oposição, setor que sempre se destacou na luta pela concessão do direito de voto aos brasilienses".

Ao lado dos políticos de oposição, o presidente da OAB enumera os sindicatos, entidades civis, estudantes e a Associação Comercial como os mais interessados defensores da representação política. Ele discorda do presidente da ACDF, Lindberg A. Cury, que em entrevista ao **CB** disse que o projeto instituindo eleições em Brasília, deveria ser de um político do PDS. "Seja de que partido for a proposta pertence à comunidade brasiliense e dentro do programa do Governo está a promessa de fazer do País uma democracia".

DISCRIMINAÇÃO

Segundo a OAB, "o não acesso do brasiliense às urnas só se explicava em virtude do regime de força que dominou o País durante vários anos". Agora, os advogados "não vêem justificativa para a discriminação e a desigualdade entre os habitantes da Capital Federal e os do resto do País no que diz respeito ao direito do voto". O presidente da Ordem elogia a adesão do Ministro da Justiça à causa da representação na Câmara e Senado, mas acha que os "candangos" devem escolher também o Governador e uma Assembléia Legislativa.

- "A função da Assembléia seria fiscalizar os atos do complexo administrativo do DF".

disse Maurício Correia. A seu ver, "Brasília não se compõe apenas do Plano Piloto, e as satélites crescem geometricamente assim como seus problemas de transporte, saneamento, saúde, educação, luz e telefones". Caberia aos representantes da Assembléia discutir e viabilizar as soluções para estes problemas.

ABUSOS DE PODER

A Assembléia seria também encarregada da fiscalização dos atos do governador. E isso uma comissão mista não poderia executar com a precisão dos parlamentares. "Discordo do Ministro da Justiça quando ele afirma que uma Assembléia poderia desvirtuar o plano urbanístico da cidade. Risco pior corremos quando, em pleno autoritarismo, estivemos sob o comando de um só", afirmou. Segundo ele "a preservação de Brasília, deverá ser devolvida ao povo, legítimo guardião do patrimônio arquitetônico da cidade".

Outro problema que transforma a luta pela eleição da Assembléia em ponto pacífico é a forma como Brasília vem sendo administrada. "Sabemos que foram construídas obras aqui exclusivamente por que um determinado Governador cismou em fazê-las, pouco se importando se a obra estivesse conveniente ou fosse prioritária para a população.

Sobre a defesa de eleição para Governador, o presidente da OAB, discorda também do presidente da ACDF: "Não podemos acreditar que um governo de oposição não teria verbas para administrar. Só se o Brasil fosse governado por um Idi Amin ou tivesse retornado a República Velha, quando Campos Sales instituiu a política dos governadores, por meio dos quais, tudo ou nada era possível. Só seus aliados tinham verba", concluiu.